



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica Segurança de Barragens

Parecer nº 3/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

Referência: 59000.013846/2022-76

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: Proposta de Moção ao Congresso Nacional

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção, aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, que apresenta sugestão ao Congresso Nacional para que avalie o estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos financeiros para a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, bem como a possibilidade de criação de carreira específica para proteção e defesa civil.

DA PROPOSTA

2. A proposta de moção ao Congresso Nacional, no que se refere à estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, teve origem no parecer elaborado sobre o Relatório de Segurança de Barragens - RSB 2018 e sua necessidade vem sendo reafirmada pelas análises realizadas sobre os RSBs dos anos subsequentes.

3. Conforme deliberação do Plenário do CNRH, a elaboração das moções propostas no Parecer sobre o RSB 2018 deveriam ser desenvolvidas pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB em processos específicos. A CTSB, então, constituiu grupo de trabalho que apresentou a proposta de moção anexa, que foi debatida e aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

4. Na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, a proposta de moção ao Congresso Nacional foi aprovada por todos os membros da CTSB presentes, sem alteração do texto original elaborado pelo GT RSB 2021.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva

do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”.

ANEXO

MINUTA

MOÇÃO CNRH Nº XXX, DE XX DE XXX DE 2022 (Ao Congresso Nacional)

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013846/2022-76, e;

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente.

Considerando que a Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, possui foco em ações preventivas e de preparação para situações de possíveis desastres e que a sua integral implementação demanda integração com os agentes e os instrumentos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Considerando que as ações de gestão de emergência em barragens junto à comunidade terão maior eficácia com a organização e o envolvimento das entidades de proteção e defesa civil municipais, bem como com a existência e a implementação do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil devidamente integrado ao Plano de Ação de Emergência de barragens.

Considerando que a realização de exercício prático de simulação de situação de emergência com a população da área potencialmente afetada por eventual ruptura da barragem somente é possível com o envolvimento das entidades de proteção e defesa civil municipais.

Considerando a premente necessidade de viabilizar a atuação integrada das esferas federal, estaduais, distrital e municipais para a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Considerando os recursos recebidos pelos entes federativos a título de compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (CFURH) e os Royalties de Itaipu, bem como pela exploração de recursos minerais (CFEM) em seus respectivos territórios, fruto de atividades econômicas empreendedoras de barragens e que poderiam custear a devida estruturação e as atividades dos órgãos de proteção e defesa civil, beneficiando

de forma ampla a gestão de riscos, a prevenção, a mitigação, a preparação, a resposta e a reconstrução, muito além das ameaças imputadas por uma eventual ruptura de barragens.

RESOLVE :

Solicitar ao Congresso Nacional que avalie o estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos financeiros para a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, bem como a possibilidade de criação de carreiras específicas para proteção e defesa civil nessas esferas.

Em data da assinatura de 2022

CRISTIANE BATTISTON
Coordenadora do GT-RSB2021

LICIANA ALICE PEIXOTO
Relatora do GT-RSB-2021

LUIZ GUSTAVO FORTES WESTIN
Coordenador da CTSB/CNRH

CRISTIANE FERNANDA DA SILVA
Relatora da CTSB/CNRH



Documento assinado eletronicamente por **LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 15:48, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Fernanda da Silva, Relator(a)**, em 24/08/2022, às 16:06, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gustavo Fortes Westin, Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 19:01, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Collet Battiston, Coordenadora-Geral**, em 26/08/2022, às 17:26, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3887821** e o código CRC **DF1D2CC6**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS – CTAL

17ª REUNIÃO CTAL (virtual)



Data: 04 de novembro (das 09 às 12h)

Link de acesso à reunião: [Clique para ingressar na reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e informes gerais.
2. Aprovação da memória da 16ª Reunião da CTAL.
3. Análise da proposta de resolução que dispõe sobre os novos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. Processo SEI 59000.012647/2022-41
4. Análise de proposta de moção direcionada ao Congresso Nacional, no que se refere à estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013846/2022-76.
5. Análise de proposta de moção direcionada aos fiscalizadores de segurança de barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013824/2022-14.
6. Análise de proposta de moção direcionada aos Comitês de Bacias Hidrográficas. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013847/2022-11.
7. Análise de proposta de moção direcionada aos Governos Federal, Estaduais e Distrital Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013848/2022-65.
8. Encaminhamentos e Assuntos Gerais.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 7/2022/CTAL/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.013846/2022-76

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que requer a avaliação do **Congresso Nacional** sobre o estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos financeiros para a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, bem como a possibilidade de criação de carreiras específicas para proteção e defesa civil nessas esferas.
2. A matéria é originária da Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, que na 21ª reunião, em 09 de agosto de 2022, discutiu o mérito e aprovou a proposta de moção, conforme Parecer nº 3/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR. O processo foi então submetido a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, que avaliou os aspectos legais e de forma.
3. Assim, segue as considerações, bem como o texto expresso da moção para apreciação do plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

4. Considerando as competências dadas pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), para “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, na sua 17ª reunião, realizada por meio virtual, em 04 de novembro de 2022, avaliou a proposta de moção encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, direcionada ao Congresso Nacional que requer a avaliação sobre o estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos financeiros para a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, bem como a possibilidade de criação de carreiras específicas para proteção e defesa civil nessas esferas.
5. Nesta ocasião, o coordenador da CTSB, Luiz Gustavo Fortes Westin, relatou as motivações que levaram à proposição em tela. Esclareceu que a proposta de moção está bem fundamentada e que busca atender o anseio do setor para que seja possível a melhoria no setor de segurança hídrica. As

informações foram complementadas pela coordenadora do Grupo de Trabalho, Cristiane Collet Battiston, em que a proposta foi elaborada.

6. Passando ao aspecto legal, a matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pois está disposto na [Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e no Decreto nº 10.000/2019 o direito/dever de se estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens ([Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010](#))

7. A forma jurídica adotada está adequada, sendo regimental o uso da moção quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e a do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), conforme o art. 8º, inciso II, da [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#).

8. Quanto à redação da minuta de moção, o documento está alicerçado em seis considerandos que traz, em suma: a importância da infraestrutura das barragens, constituindo proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente; o reforço da razão da Política Nacional de Segurança de Barragens; a importância da implementação do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil devidamente integrado ao Plano de Ação de Emergência de barragens; a importância do envolvimento das entidades de proteção e defesa civil municipais para que a realização de exercício prático de simulação de situação de emergência com a população da área potencialmente afetada por eventual ruptura da barragem; a integração nas atuações das esferas federal, estadual, distrital e municipal para a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; e, por fim, informações acerca dos recursos recebidos pela compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (CFURH) e dos Royalties de Itaipu, bem como pela Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineral (CFEM), no intuito de custear a devida estruturação e as atividades dos órgãos de proteção e defesa civil, a fim de garantir maior segurança ao desenvolvimento para o setor.

9. Considerando o atendimento ao aspecto legal e após ajustes de redação, a CTAL/CNRH aprovou, por unanimidade, a proposta de moção que requer ao Congresso Nacional a avaliação pelo estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos financeiros para a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, bem como a possibilidade de criação de carreiras específicas para proteção e defesa civil nessas esferas, conforme expresso no anexo deste parecer.

10. Diante do exposto, estando presentes a motivação, forma, finalidade, objeto e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

CONCLUSÃO

11. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, nos termos da MINUTA apresentado na sequência deste parecer.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR
Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais
CTAL/CNRH

ANEXO

PROPOSTA DE MOÇÃO Nº __, DE __ DE __ DE 2022.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela [Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010](#), e pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013846/2022-76, e:

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente.

Considerando que a Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei nº 12.334, de 2010, possui foco em ações preventivas e de preparação para situações de possíveis desastres e que a sua integral implementação demanda integração com os agentes e os instrumentos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Considerando que as ações de gestão de emergência em barragens junto à comunidade terão maior eficácia com a organização e o envolvimento das entidades de proteção e defesa civil municipais, bem como com a existência e a implementação do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil devidamente integrado ao Plano de Ação de Emergência de barragens.

Considerando que a realização de exercício prático de simulação de situação de emergência com a população da área potencialmente afetada por eventual ruptura da barragem somente é possível com o envolvimento das entidades de proteção e defesa civil municipais.

Considerando a premente necessidade de viabilizar a atuação integrada das esferas federal, estaduais, distrital e municipais para a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Considerando os recursos recebidos pelos entes federativos a título de Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) para fins de geração de energia elétrica e os Royalties de Itaipu, bem como pela Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) em seus respectivos territórios, fruto de atividades econômicas empreendedoras de barragens e que poderiam custear a devida estruturação e as atividades dos órgãos de proteção e defesa civil, beneficiando de forma ampla a gestão de riscos, a prevenção, a mitigação, a preparação, a resposta e a reconstrução, muito além das ameaças imputadas por

uma eventual ruptura de barragens.

RESOLVE :

Solicitar ao Congresso Nacional que avalie o estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos financeiros para a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, bem como a possibilidade de criação de carreiras específicas para proteção e defesa civil nessas esferas.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 14/11/2022, às 15:25, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
4012565 e o código CRC **A131568A**.